

Ética e Desejo: da psicanálise em intensão à psicanálise em extensão

Doris Rinaldi

Desde o início de sua elaboração, Lacan., ao referir-se à experiência psicanalítica, enfatizou o seu caráter *triangular*, em uma crítica direta aos pós-freudianos que empreenderam uma redução egoísta da prática psicanalítica, concebendo-a como uma relação dual. Ao longo de seu percurso, ao se perguntar sobre a estrutura da ação analítica, ele vai destacar a importância deste *terceiro* termo, concebendo-o inicialmente como a *ordem da palavra*, em seguida como *grande Outro*, ordem simbólica, lugar das articulações da linguagem e, finalmente, como *objeto a*, causa de desejo. Apesar das diferenças que essas designações do *terceiro* comportam, elas apontam para o lugar do inconsciente, erigido por Freud como o terceiro a ser reconhecido na experiência psicanalítica, entre analista e analisante, sem o qual não se poderia falar de psicanálise.

Essas formulações, na medida em que se referem à estrutura da ação analítica, colocam em questão o lugar do analista na condução do tratamento, o que nos remete a uma discussão decisiva para a psicanálise, que diz respeito à ética que preside esta experiência.

No Seminário sobre a *Ética da psicanálise* (1959-60), Lacan vincula a discussão ética ao enunciado freudiano *Wo Es war soll Ich werden*, na medida em que ele aponta para emergência do desejo. O que a via aberta por Freud permite enfatizar, no mais alto grau, é a função fecunda do desejo no direcionamento da ação humana. A partir disso, Lacan traz o desejo para o centro do debate ético, afastando-se do caráter prescritivo, em termos de valores e ideais de conduta, que caracteriza a reflexão moralista, seja no campo filosófico, seja no próprio campo psicanalítico. Nesta última perspectiva, a relação do homem com sua ação pressupõe o alcance de algum bem, seja o Supremo Bem aristotélico, sejam os ideais psicanalíticos de “amor genital” ou de “eu autônomo”.

A retomada da descoberta freudiana, em todo o seu vigor, possibilita, entretanto, um questionamento radical dos ideais. Como diz Freud em “O mal-estar na civilização” (1929), não há nada que nos garanta a felicidade, nem no microcosmo, nem no macrocosmo. No horizonte do desejo não há nenhum bem a atingir, uma vez que não há objeto absoluto do desejo. Neste horizonte há uma falta, indicada pela noção de Coisa, *Das Ding* freudiano, que Lacan retira do texto do Projeto (1895) e eleva à categoria de conceito, dando-lhe o estatuto de causa irredutível do desejo.

Das Ding pode ser vista como o núcleo do Real, responsável pela insaciabilidade do desejo humano, o que faz com que a psicanálise não seja um idealismo. A ética da psicanálise tem como referência última o Real enigmático, o que impõe o movimento desejante na permanente tentativa de simbolizar este obscuro objeto do desejo. Como tal, não é uma ética do bem, nem propõe nenhuma

forma de universalização moral, sendo, antes de tudo, uma “ética do bem-dizer”, onde cada um, na singularidade, busque o seu caminho desejante.

Isto não significa, contudo, um retorno ao puro reino das paixões, na medida em que a noção de desejo, tanto em Freud como em Lacan, está fortemente associada à Lei. Não à lei entendida como conjunto de prescrições morais, mas à Lei da castração, que institui o simbólico, fundada na impossibilidade de satisfação completa do desejo. Lei e desejo são, assim, as duas faces da mesma moeda.

Se esta Lei, assim concebida, afirma-se como universal, sua articulação à estrutura do desejo, em contrapartida, funda a diferença. A diferença é, num paradoxo, a única coisa que, a partir do binômio Lei/Desejo, pode ser afirmada como universal. É nesse sentido que se pode pensar na ética que preside a experiência analítica como uma ética do desejo que possibilite o surgimento da diferença (Rinaldi, 1996). A prática psicanalítica, na medida em que é sustentada por essa ética, visa fazer emergir o desejo singular de cada sujeito em tratamento. “Agiste conforme o desejo que te habita?” é a questão que Lacan propõe como “postulado ético” a ser sustentado no contexto da psicanálise em intensão, onde aparecem articulados *desejo e ação*.

Isto nos reenvia à estrutura da ação analítica, levando-nos a buscar o terceiro em jogo nesta experiência *do lado do desejo*, como indica Safouan, “não no sentido corrente que o opõe à lei, mas no sentido que esta lhe dá sua substância. Se o desejo é a carne, a lei é seu osso” (1996:31).

Nesta direção, uma reflexão sobre o lugar do analista na condução do tratamento deve levar em conta a noção, formulada por Lacan, de *desejo do analista*, como *função essencial* em torno da qual gira o movimento da análise. Este desejo, ele não o nomeia, mas tenta cercá-lo pela indicação do ponto em que é articulável: a *relação de desejo a desejo*. *Desejo do analista* concebido não como o desejo pessoal de um psicanalista, mas como esta *função* que, para além do narcisismo, possibilita a confissão do desejo que pede reconhecimento. Desejo de que haja análise e que, portanto, surja desejo.

Enquanto a noção de *sujeito suposto saber* permite pensar a entrada em análise, como instauração da transferência, é o *desejo do analista* que, para Lacan, regula o desenvolvimento e a saída da análise. É o que indica no Seminário 11, onde critica a abordagem anglo-saxônica de final de análise, que a concebe como identificação ao ego do analista. Se a transferência, ao colocar em jogo o *sujeito suposto saber*, implica em um processo de identificação ao nível do ideal do eu, de onde o sujeito se sente amado, o *desejo do analista* tende para o sentido contrário, permitindo que o plano da identificação seja atravessado. É ele que, numa análise, possibilita a manutenção da distância entre este ponto de identificação idealizante (I) e o ponto de onde o sujeito se sente causado como desejante (a). Esta é a mola fundamental da operação analítica. É o *desejo do analista* ainda que permite ao analista tomar desse lugar idealizado, que lhe é atribuído pelo analisante na transferência, para ser o suporte do *objeto a*, causa de desejo.

O elemento terceiro em qualquer análise está na causa do desejo - *o objeto a* - para o qual o analista se oferece como suporte sem, contudo, pretender contê-lo. Para que ele possa ocupar esse lugar, é preciso que haja *desejo do analista*, não como um desejo puro, kantianamente livre dos afetos, mas como desejo de que, para além do narcisismo, surja a diferença.

Esta é a proposta ética de Lacan para a psicanálise em intensão. O fim de uma análise não é a promoção de um novo Ideal do Eu, a partir de um processo identificatório mas, pelo contrário, permite que deste lugar o sujeito seja destituído e que possa aparecer na sua diferença, uma vez que o desejo mantém o seu caráter de enigma.

Como pensar esta questão ao nível da psicanálise em extensão e em particular na instituição? Como, na instituição psicanalítica, apresenta-se o terceiro?

Lacan, na “Proposição de 9 de outubro de 1967”, reconhece na nodulação entre psicanálise em intensão e psicanálise em extensão um dos pontos de fuga com o qual nos deparamos: o fato de que as sociedades psicanalíticas partilham da mesma estrutura da Igreja e do Exército, dela recebendo a proteção das identificações imaginárias. É o que chama de “facticidade da unidade”, evidente principalmente em sociedades que têm a frente um executivo de escala internacional, mas certamente também presentes em sociedades de menor porte.

A psicanálise instituída a partir de Freud - a IPA e as sociedades a ela filiadas - enquadra-se nos princípios tradicionais que ordenam as instituições, através da constituição de uma hierarquia baseada na concepção de um *terceiro personificado*. Esse terceiro retira sua legitimidade e sua autoridade do nome de Freud e de sua obra, encarnando-se em uma organização burocrática, através dos comitês que detêm o poder de dizer quem pode e quem não pode ser analista.

Muitas já foram as críticas ao autoritarismo dessas sociedades, ao seu conservadorismo e resistência à mudança. Como toda instituição, elas são auto-conservadoras, uma vez que visam a perpetuação de sua própria existência, no que se assemelham ao Exército e à Igreja, enquanto grupos protegidos da dissolução. Se essas críticas promoveram algumas modificações no sentido de torná-las mais democráticas, não chegaram a alterar a concepção básica de organização, principalmente no que se refere ao terceiro, que permanece como *terceiro institucional personificado*. Seja para estabelecer e fazer cumprir as regras que instituem um analista, na vertente mais autoritária, seja para resolver conflitos ou refrear o poder totalitário do analista nas análises didáticas, na vertente mais democrática, o que está em jogo é uma concepção de terceiro enquanto lei fundada numa vontade. Essa lei se expressa em prescrições morais que tomam como referência um modelo ideal de analista, o que conduz ao recalçamento do desejo. Neste contexto, cabe à instituição responder pelo psicanalista junto ao público, deixando de lado a responsabilidade do analista em relação à própria psicanálise.

Lacan, ao criticar a análise didática e este tipo de organização, pretendeu abordar o problema a partir do desejo e, em particular do *desejo do analista*. Sua fórmula de que “o analista não se autoriza senão por si mesmo”, a que acrescentou

posteriormente “...e por alguns outros”, introduz não só a questão do desejo, mas também a da responsabilidade ética, não como responsabilidade moral ligada ao sentimento de culpa, mas como assunção de desejo a partir de sua própria análise do inconsciente. Isto não foi suficiente, entretanto, para evitar que nas instituições lacanianas os analistas passassem a se autorizar, não por si mesmos, mas pelo enunciado de Lacan (Safouan, op.cit.:27). Este fato chama atenção para os problemas que envolvem a institucionalização da psicanálise, mesmo quando se concebe o terceiro do lado do desejo.

Na “Proposição”, Lacan, ao fazer uma analogia entre a estrutura das instituições psicanalíticas e os grupos tomados como modelo por Freud - Exército e Igreja -, destaca a função do *sujeito suposto saber* nesses grupos como sendo esclarecedora do que acontece nas sociedades de psicanálise.

Retomando o texto freudiano “Psicologia de grupo e análise do eu”(1921), vemos que Freud, ao mostrar a importância do líder nesses agrupamentos, baseada na “...ilusão de que há um cabeça que ama a todos do grupo de maneira igual.” (Freud, (1921)1976:120), indica a função que Lacan designa como *sujeito suposto saber*. Para Freud, “tudo depende desta ilusão”. Ela marca a estrutura desses grupos, na medida em que a relação com o líder baseia-se numa identificação ao nível do ideal de eu e determina a relação entre os membros. O laço mútuo existente entre estes caracteriza-se como uma identificação “baseada numa importante qualidade emocional comum”(op. cit:136), qualidade essa que designa como sendo a natureza do laço com o líder. Nesses grupos, portanto, cada indivíduo está ligado por laços libidinais, por um lado, ao líder, e, por outro, aos demais membros do grupo. Disto decorre a falta de liberdade do indivíduo no grupo, uma vez que ele está aprisionado em duas direções por um laço emocional intenso.

Sem dúvida, a presença da transferência nas instituições psicanalíticas permite uma analogia com esta situação analisada por Freud, se concebemos o líder enquanto *sujeito suposto saber* que se institui através de uma identificação pelo ideal do eu. Acrescente-se a isso uma observação importante feita por Freud, que diz respeito ao fato de que, para os membros do grupo, o líder está, ainda, na condição de objeto. É a partir do momento em que os membros do grupo colocam um mesmo objeto no lugar de ideal de eu que eles se identificam em seu eu. Estão, portanto, superpostos no mesmo lugar, o objeto e o ideal do eu, o que, para Freud, caracteriza a hipnose.

Ora, foi exatamente ao distinguir-se da hipnose que a psicanálise foi fundada. Como diz Lacan, a mola fundamental do processo analítico é a manutenção da distância entre o lugar do objeto e o lugar da identificação idealizante. Na psicanálise em intensão, o *sujeito suposto saber* surge como o componente ternário, entre analisante e analista, introduzido pelo discurso do analisante, frente ao qual o analista deve saber que não se trata da sua pessoa. Mas, para que ele possa responder a esta situação, é preciso que haja *desejo de analista*, radicalmente distinto do *desejo de ser analista*.

Na instituição, na medida em que está em jogo uma estrutura de grupo, onde se trabalha, entre outras coisas, a questão da transmissão do saber, corre-se o risco da cristalização do *sujeito suposto saber* na figura de um mestre e do recalçamento do desejo. Não apenas em instituições tradicionalmente ligadas à IPA, mas também em instituições ditas lacanianas, observa-se o aprisionamento em identificações imaginárias e a presença de um terceiro personificado. Isto ocorre mesmo quando o mestre é substituído por uma idéia, como as obras de Freud e Lacan ou a *causa* psicanalítica. Algumas instituições psicanalíticas aproximam-se, no limite, do que Goffman (1990) designa como *instituições totais* (onde inclui o Exército e a Igreja) pela exigência de adesão, seja através da militância, seja através da “conversão” à interpretação oficial. Nestas situações o que se vê é a imposição de um uníssono em que a diferença é excluída, o que tem como consequência outro fenômeno assinalado por Freud na constituição de grupos: a intolerância em relação àqueles que se encontram fora dos laços grupais, como é comum nas religiões.

A ética da psicanálise é antes de tudo uma ética do desejo e do respeito à diferença. A institucionalização da psicanálise e seu reconhecimento social, na medida em que implica na constituição de grupos fundada na transferência, pode ter como consequência, contudo, o recalçamento de sua função subversiva, uma vez que se responde pela via da demanda ao desejo do sujeito. Isto não significa que devemos abandonar todas as formas de agrupamento, o que seria não só impossível, como também indesejável. Como lembra Safouan, ocupar o lugar de analista é algo que se experimenta na prática da relação com as questões que o inconsciente coloca, questões essas frente às quais um só não poderia responder. Esta “é a única razão que justifica a constituição de uma sociedade de psicanálise”(op.cit.:38).

Se a instituição é um mal-necessário, é importante estar atento para que as inovações introduzidas por Lacan não se transformem em prescrições a partir de uma idealização. Uma organização baseada em prescrições corre o risco de transformar a defesa da causa psicanalítica num cuidado patriótico - mesmo quando atravessa as fronteiras nacionais -, ou então familiar, o que evidencia o temor do fracasso que não é outra coisa senão o medo da castração. É nesse sentido que devemos estar cientes dos riscos inerentes à institucionalização, sem esquecer a recomendação de Lacan de que a psicanálise em extensão depende fundamentalmente do que ocorre na psicanálise em intensão, para que possa vigorar, também na instituição, uma “ética do bem-dizer” que possibilite a existência da diferença.

Nota: Este trabalho foi apresentado na Reunião Lacanoamericana da Bahia, Salvador, out.1997 e publicado em Papéis – Revista do Corpo Freudiano, no.7, dez.1997.

Referências Bibliográficas:

FREUD, Sigmund - “Psicologia de grupo e análise do ego”(1921), *Obras Psicológicas Completas*, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1976.

GOFFMAN, Erwin - *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1990.

LACAN, Jacques - “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”, *Boletim Maisum* n. 46, Rio de Janeiro, CFRJ, 1985.

_____ - Seminário VII, *A ética da Psicanálise* (1959-60), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1988.

RINALDI, Doris - *A ética da diferença: um debate entre psicanálise e antropologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed./ EDUERJ, 1996.

SAFOUAN, Moustapha e outros - *O mal-estar na psicanálise*, Campinas, Papyrus Editora, 1996.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.